

ASSEMBLEIAS

BELO HORIZONTE

Dia: 21.10.2015. Horários: 8h e 19h30. Local: Sede do Sindicato (Rua Curitiba, 689, 9º andar, Centro).

VARGINHA

Dia: 09.10.2015. Horário: 19 horas.
Local: Hotel Carajás (Rua Ruy Barbosa, 348, Centro).

VESPASIANO

Dia: 09.10.2015. Horário: 19 horas. Local: Sindicato dos Metalúrgicos (Rua João Barbosa Fonseca, 75, Centro).

GOVERNADOR VALADARES

Dia: 10.10.2015. Horário: 9 horas. Local: Sindicato dos Servidores Públicos (Rua Barão do Rio Branco, 779, Centro).

POUSO ALEGRE

Dia: 10.10.2015. Horário: 9 horas. Local: Assipa (Praça São José Bento, 118, Centro).

SETE LAGOAS

Dia: 10.10.2015. Horário: 9h. Local: Casa da Cultura (Avenida Getúlio Vargas, 91, Centro).

BETIM

Dia: 15.10.2015. Horário: 18 horas. Local: Sindicato dos Metalúrgicos (Rua Santa Cruz, 811, Centro).

ITABIRA

Dia: 15.10.2015. Horário: 19 horas.
Local: Sindicato dos Rodoviários.

OURO PRETO

Dia: 15.10.2015. Horário: 18h30. Local: Anexo do Museu da Inconfidência (Praça Tiradentes, 139, Centro).

TEÓFILO OTONI

Dia: 15.10.2015. Horário: 19 horas. Local: Hotel Palmeiras (Rua José Augusto Marx, 43, bairro São Diogo).

UBÁ

Dia: 16.10.2015. Horário: 19 horas. Local: Câmara Municipal (Rua Santa Cruz, 301, Centro).

IPATINGA

Dia: 17.10.2015. Horário: 9 horas.
Local: Aciapi (Rua Uberlândia, 331, Centro).

SÃO JOÃO DEL-REI

Dia: 17.10.2015. Horário: 9 horas.
Local: Sindicato dos Metalúrgicos de São João del-Rei.

UBERABA

Dia: 17.10.2015. Horário: 9 horas.
Local: Subsele do Sindicato.

Campanha Salarial de 2016 exigirá união e intensa mobilização dos trabalhadores



A velha máxima “a união faz a força” nunca esteve tão em moda quanto nos tempos atuais. E é com espírito de unidade que o Sindicato dos Vigilantes de Minas Gerais começa a organizar a Campanha Salarial de 2016. Num cenário político e econômico adverso, que exigirá, além da participação em massa de todo o conjunto de trabalhadores do setor - como vigilantes, administrativos e supervisores, uma grande e intensa mobilização na luta por um reajuste salarial decente, preservação de direitos e avanços sociais. **Página 3**

Sindicato mobiliza trabalhadores para barrar investidas contra jornada 12X36
PÁGINA 2

Relatório do Projeto de Lei 4.238 traz retrocessos para os trabalhadores
PÁGINA 3

Vigilantes da G4S Vanguarda poderão entrar em greve a qualquer momento
PÁGINA 4

Sindicato mobiliza trabalhadores pela jornada 12 X 36 horas

O Sindicato convoca a todos os trabalhadores para a assembleia que vai debater as investidas dos patrões que tentam a todo custo acabar com a jornada de trabalho de 12 por 36 horas. A assembleia será em Belo Horizonte, no dia 23 de setembro, às 8 horas, na Comunidade Luso-Brasileira (Rua Curitiba, nº 746, 4º andar, Centro).

“A participação de todos é fundamental, pois, mais uma vez, os patrões estão se organizando para retirar direitos dos trabalhadores e impor outras escalas de trabalho, que, certamente, vão reduzir salários e postos de trabalho”, alerta o vice-presidente do Sindicato, José Carlos.

Segundo ele, a escala de trabalho de 12 por 36 horas, criada na década de 1970, é uma conquista de décadas que deve ser defendida com todo vigor.

É importante que todos os trabalhadores fiquem atentos e participem dos movimentos de resistência contra esta medida que só in-

teressa aos patrões, já foi aprovada em alguns Estados”, disse.

Para barrar o retrocesso em Minas, José Carlos, alerta que é preciso a união de todos junto ao Sindicato. “Não há outra forma de evitar o retrocesso que não seja por meio da união e mobilização. Se preciso, vamos organizar manifestações e até mesmo uma paralisação geral em Minas, pois não podemos admitir que ponham a mão nos nossos direitos”.

Ele acrescenta que, além dos vigilantes que trabalham na escala 12 X 36, os profissionais de vigilância que prestam serviços no setor bancário, em jornada normal, também poderão ser prejudicados com a redução salarial e de empregos, caso os patrões obtenham êxito na investida.

“É a participação que vai fazer a diferença nessa luta. Portanto, saia do comodismo e venha lutar com a gente por essa causa que é de interesse de todos”, conclama José Carlos.

ASSEMBLEIA

Dia: 23 de setembro de 2015 - quarta.

Horário: 8 horas.

Local: Comunidade Luso-Brasileira (Rua Curitiba, nº 746, 4º andar, Centro, Belo Horizonte).

Seminário da Contrasp debate a valorização dos vigilantes brasileiros

A diretoria do Sindicato participou do Seminário “Renovação, luta e coragem pela valorização e renovação dos profissionais de segurança privada”, promovido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Segurança Privada (Contrasp), nos dias 24 e 25 de agosto, em Fortaleza (CE). A entidade reúne os principais sindicatos representativos da segurança privada do País.

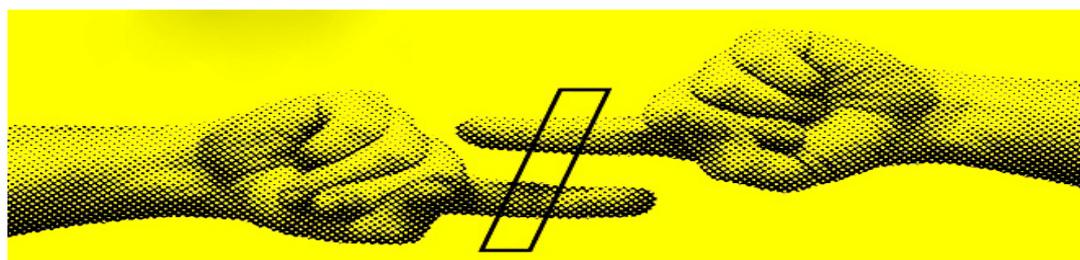
O encontro contou com a participação de dirigentes de sindicatos de vigilantes, federações e convidados

de vários estados, que debateram diversos temas de interesse dos vigilantes, como aposentadoria especial; fator previdenciário; a Medida Provisória 680/2015, que prevê a redução da jornada de trabalho com redução de até 30% do salário; e o fim da jornada 12 por 36 horas.

“Mesmo tendo sido criada há pouco tempo, a Contrasp vem mostrando força política e organizacional, dando uma grande contribuição para melhorar a situação dos trabalhadores do setor e alcançar a valorização e reconhecimento pelo trabalho

que realizam em defesa da vida, de patrimônios e no transporte de valores”, disse o presidente do Sindicato, Romualdo Alves Ribeiro.

As resoluções aprovadas no seminário serão encaminhadas aos órgãos competentes para que tomem as devidas providências para o devido reconhecimento dos profissionais da segurança privada, seja por meio de salário compatível e digno, manutenção de direitos e respeito aos trabalhadores que, diariamente, colocam sua vida em risco para que outros vivam em segurança.



Campanha “Que diferença faz?” busca o respeito às diferenças sociais

O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) lançou, no dia 31 de agosto, em Belo Horizonte, a campanha “Que diferença faz?”. A iniciativa, que conta com o apoio do Sindicato, vai promover até o final do ano ações de comunicação

para conscientizar as pessoas sobre a importância de aceitar as diferenças e prevenir a discriminação em estabelecimentos comerciais, casas noturnas, bares, restaurantes, ginásios, estádios e em grandes eventos.

O objetivo é pro-

mover o direito à diversidade em todas as suas formas, com maior ênfase àquelas baseadas em raça, etnia, gênero e orientação sexual, situação socioeconômica, crença religiosa e deficiências físicas ou psicológicas.

Participação e mobilização farão a diferença na Campanha Salarial

A Campanha Salarial de 2016 promete ser uma das mais difíceis dos últimos anos. E para que os trabalhadores conquistem o almejado reajuste salarial, garantia dos benefícios atuais e avancem nas conquistas, é preciso que todos se unam ao Sindicato, se mantenham mobilizados e dispostos a lutar. A constatação é do presidente do Sindicato, Romualdo Alves Ribeiro.

“Nosso País atravessa um momento de embates políticos e de retração econômica. Cientes dessas dificuldades, os patrões têm demonstrado que não pretendem abrir mão de seus lucros. Por isso, devemos nos preparar desde já”, orienta.

Segundo o pre-

sidente do Sindicato, a campanha terá início em um cenário desfavorável para os trabalhadores, com redução de setores, investidas dos patrões pela redução da escala de trabalho e diminuição de salários. Aliado a isso, também tem a insistente redução do quadro de vigilantes, que vêm sendo trocados por porteiros e vigias – profissionais que merecem o devido respeito, mas que, conforme parecer da Polícia Federal, têm funções distintas dos profissionais de vigilância – sem falar na concorrência da vigilância clandestina.

“Diante disso tudo, não tem saída. Devemos, sindicatos e trabalhadores, nos manter unidos para enfrentar as adversidades e alcançar-

mos a vitória. A luta será árdua, mas, juntos, somos mais fortes e faremos a diferença”.

Seminário

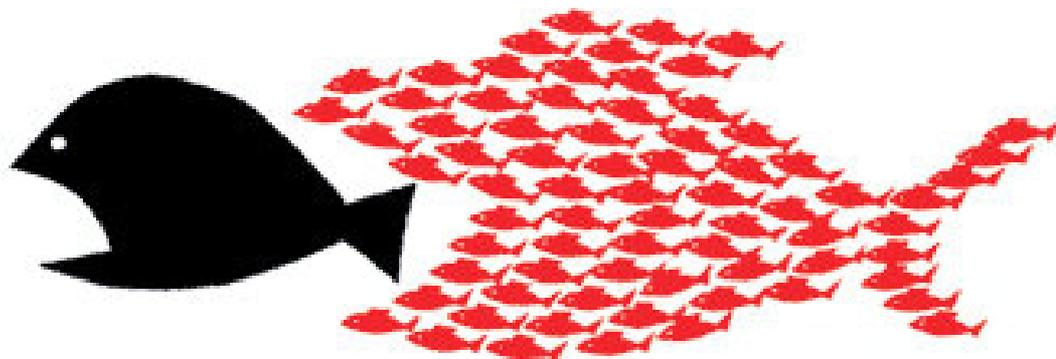
Para evitar que os patrões empurrem as negociações da Campanha Salarial para o ano que vem – a data-base da categoria é 1º de janeiro, o Sindicato já está preparando a pauta de reivindicações, juntamente com

as demais entidades representativas do Estado.

Os detalhes da pauta, que será apresentada e debatida pelos trabalhadores em quatorze assembleias, que serão realizadas na capital e cidades-pólo do interior, de 9 a 21 de outubro (confira o quadro na capa do jornal), serão acertados em um seminário interestadual com entidades representativas dos vigilantes em Minas Gerais e

de outros Estados.

O encontro, que será no dia 24 de setembro, na sede da entidade, em Belo Horizonte, contará com a presença de dirigentes sindicais e de economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos (Dieese), que fará uma exposição sobre o cenário que será enfrentado pelos vigilantes na Campanha Salarial.



Alerta: relatório do Projeto de Lei 4.238/2012 apresenta retrocessos para a categoria

O Projeto de Lei 4.238/2012, que trata da criação de um piso salarial nacional para os trabalhadores em empresas de vigilância e transporte de valores, continua tramitando na Câmara dos Deputados.

Em audiência pública realizada no dia 1º de setembro, o relator do projeto, deputado Wellington Roberto (PR/

PB), chegou a anunciar que iria apresentar suas considerações sobre o tema, mas, diante de pedidos de novo prazo para análise do projeto feitos por vários parlamentares, a leitura da proposição não foi feita.

Mas, o Sindicato teve acesso ao parecer do relator e acompanha com preocupação o curso que o projeto tem to-

mado. “O PL 4238/2012 não estabelece, por exemplo, um valor para o Piso Nacional dos Vigilantes. Além disso, no que diz respeito ao Estatuto da Segurança Privada, o documento trata a segurança bancária e privada como assunto de interesse nacional, o que poderá causar prejuízos aos trabalhadores nas negociações e até

mesmo servir para impedir greves de vigilantes e bancários”, avalia o diretor do Sindicato Edilson Silva.

Outro ponto que chama a atenção é que, ao contrário do defendido pelas entidades representativas dos vigilantes, o relatório também mantém como exigência de escolaridade para a formação

do vigilante o nível fundamental, ao invés do nível médio.

“Vamos continuar acompanhando de perto o andamento do projeto, pois a criação de um piso nacional e de um estatuto para a segurança privada são fundamentais para o futuro da profissão e valorização dos vigilantes”, ressalta Silva.



Vigilantes da G4S Vanguarda poderão entrar em greve

Trabalhadores da G4S Vanguarda Vigilância poderão entrar em greve a qualquer momento em protesto contra o não fornecimento do tíquete-refeição aos intervalistas.

No dia 2 de setembro, o Sindicato comunicou à empresa que seus empregados, de setores como Bradesco e Itaú, por exemplo, estão em estado de greve desde aquela data.

A decisão foi tomada pelo Sindicato após

inúmeras tentativas de negociação com a Vanguarda, inclusive na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE-MG), em Belo Horizonte.

“Em audiência de mediação na SRTE-MG, no dia 8 de julho, o Sindicato denunciou a Vanguarda pelo não fornecimento do tíquete-refeição aos intervalistas. Na ocasião, o representante da empresa reconheceu a irregularidade e assumiu

o compromisso de regularizar a situação até o dia 31 de julho, mas não cumpriu a palavra”, critica o diretor do Sindicato Vítor dos Santos.

Para que a empresa cumpra com suas obrigações trabalhistas, além de solicitar à SRTE uma fiscalização na empresa para verificação da irregularidade, o Sindicato, por meio de sua assessoria jurídica, ingressou com ação na Justiça do Trabalho contra a Vanguarda

e informou os tomadores de serviço sobre a possibilidade de paralisação dos vigilantes a qualquer momento.

Na ação, o Sindicato cobra da empresa o pagamento das diferenças do tíquete referente aos meses de janeiro e junho de 2015 e da multa pelo descumprimento da Convenção Coletiva de Trabalho. A audiência na Justiça do Trabalho, em Belo Horizonte, será no dia 28/9, às 8h50.

Sindicato reverte prejuízo de ex-empregados da Focus

A Cláusula 20 da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) garante aos trabalhadores o direito de pedir o desligamento da empresa em que trabalha para migrar a outra que vai assumir o setor, sem abrir mão dos seus direitos trabalhistas.

No entanto, algumas empresas, alegando desconhecer a norma, acabam dispensando os empregados que pleiteiam esse direito como se houvessem pedido demissão. Exemplo disso, ocorreu com trabalhadores da Focus Vigilância que prestavam serviços no centro de distribuição do Magazine Luiza.

Para evitar que os trabalhadores ficassem no prejuízo, o Sindicato entrou em contato com a empresa para solucionar o “mau entendimento” e conseguiu fazer com que a Focus revisse o procedimento, por meio de rescisão complementar, e restituísse os direitos dos vigilantes envolvidos.

Sindicato tomará medidas mais drásticas contra a Águia

Empregados da Águia Vigilância têm convivido com constantes atrasos no recebimento de salários e retroativos previstos na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT).

Para solucionar o problema, o Sindicato se reuniu com a representação da empresa, em sua sede e também na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais (SRTE-MG).

Em audiência de mediação na SRTE, a empresa alegou que os atrasos se devem a dificuldades enfrentadas no recebimento de seus contratantes, como Funai, IF-MG e ICGEL Construtora. Porém, o Sindicato esclarece que, independentemente de receber ou não de seus tomadores, a empresa é obrigada a honrar os compromissos trabalhistas.

Para que os tomadores dos referidos setores assumam a responsabilidade que lhes cabe, o Sindicato já acionou as mesmas no Ministério do Trabalho e já está tomando medidas mais drásticas contra a Águia e seus tomadores de serviço para fazer valer os direitos dos vigilantes.

Vale lembrar que, em audiência de mediação na SRTE, no dia 16 de julho, a repre-

sentação da empresa reconheceu a procedência da denúncia e se comprometeu a regularizar a situação junto aos seus empregados no dia 20 de julho, o que não foi feito.

Além do pagamento dos direitos dos trabalhadores, o Sindicato pleiteia o pagamento da multa pelos atrasos prevista na cláusula 61ª da Convenção Coletiva de Trabalho.